

**CURRÍCULO DE HISTÓRIA E DISPUTA DE PODER:  
AS NARRATIVAS SOBRE A DITADURA PÓS-1964 EM DUAS COLEÇÕES DIDÁTICAS  
(1985/2010)**

**EL CURRÍCULUM DE HISTORIA Y LA LUCHA POLÍTICA: NARRATIVAS  
SOBRE LA DICTADURA POST-1964 EN DOS COLECCIONES DIDÁCTICAS  
(1985/2010)**

**HISTORY CURRICULUM AND POWER STRUGGLE: NARRATIVES ABOUT THE  
POST-1964 DICTATORSHIP IN TWO DIDACTIC COLLECTIONS (1985/2010)**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v16i1.59307>

Ana Lima Kallás<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo trata da constituição do conhecimento histórico escolar acerca do passado ditatorial pós-1964 em duas coleções de livros didáticos que surgiram nos anos 1980 e 2010, respectivamente, “História da Sociedade Brasileira” de Alencar, Ramalho e Ribeiro e “História” de Vainfas, Faria, Ferreira e Santos. Considerando a especificidade do conhecimento histórico escolar e suas relações com o conhecimento acadêmico, com a memória e com a história pública, atentaremos aqui para a centralidade do livro didático (LD) na constituição do saber escolar e na sedimentação de memórias acerca de nosso passado recente.

**Palavras-chave:** Ditadura pós-1964. ensino de história. memória. coleções didáticas.

**Resumen:** El artículo aborda la constitución del conocimiento histórico escolar sobre el pasado dictatorial posterior a 1964 en dos colecciones de libros de texto que surgieron en las décadas de 1980 y 2010, respectivamente, “História da Sociedade Brasileira” de Alencar, Ramalho y Ribeiro e “História” de Vainfas, Faria, Ferreira y Santos. Considerando la especificidad del conocimiento histórico escolar y sus relaciones con el conocimiento académico, la memoria y la historia pública, prestaremos aquí atención a la centralidad del libro de texto (LD) en la constitución del conocimiento escolar y en la sedimentación de memorias sobre nuestro pasado reciente.

**Palabras clave:** Dictadura posterior a 1964. enseñanza de la historia. memoria. colecciones didáticas.

**Abstract:** The article deals with the constitution of school historical knowledge about the post-1964 dictatorial past in two collections of textbooks that emerged in the 1980s and 2010s, respectively, “História da Sociedade Brasileira” by Alencar, Ramalho and Ribeiro and “História” of Vainfas, Faria, Ferreira and Santos. Considering the specificity of school historical knowledge and its relations with academic knowledge, memory and public history, we will pay attention here to the centrality of the textbook (LD) in the constitution of school knowledge and in the sedimentation of memories about our recent past.

**Keywords:** Post-1964 dictatorship. history teaching. memory. didactic collections

### **Introdução**

Em sociedades nas quais se vem discutindo o ensino de história de passados controversos tal ensino é considerado sob a perspectiva da política de memória, isto é, da criação, pelo Estado, de canais oficiais e legítimos que reconhecem e promovem espaços de diálogo sobre regimes ditatoriais passados e a violência sistemática por eles desencadeada a partir dos problemas e preocupações do presente (JELÍN, 2002, p.61). Trata-se, portanto, de uma ação consciente na disputa de hegemonia (GRAMSCI, 2004), entendendo que a construção de hegemonia é, eminentemente, uma construção pedagógica, a disputa pela construção do consenso em torno de um determinado projeto político. Ao escolher o que e como ensinar determinados conteúdos de história, lidamos diretamente com um processo de construção e reconstrução de “memórias exemplares”, a saber, com a possibilidade de leituras do passado ditatorial pelas novas gerações no caminho oposto à indiferença, como bem pontuou Fernando Rosas (2016, p.73), e no sentido de um engajamento legítimo, como colocou Hobsbawm (2013, p.180). Um engajamento que permite que as gerações que não viveram aquela experiência se sensibilizem a partir do conhecimento histórico sobre o passado ditatorial e das diversas memórias a ele relacionadas, evocando-os nas lutas políticas do presente.

Discutir na escola um tema que é alvo de múltiplas batalhas de memória não significa olhar unicamente para trás, para algo que ficou no passado, mas pensar o mundo em que vivemos hoje e o que queremos construir. Trata-se de um “combate da cidadania”, na medida em que estamos diante de um “processo social complexo de construção de legitimidades que sustentam as formas de estar, de transformar ou de conservar o mundo em que vivemos” (ROSAS, 2009, p.85). Evocar memórias é tomar partido diante das escolhas de cada situação, de cada conflito, de cada época.

Pesquisas têm apontado o LD como um espaço importante de disputa de memórias, visto que apresenta uma seleção daquilo que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido pelas novas gerações. Como objeto portador de historicidade, o LD divulga determinada memória do passado a partir de certo “enquadramento” (POLLAK, 1989). Sabemos que a narrativa histórica do LD é elaborada a partir de múltiplas influências: historiografia, imprensa, fontes históricas diversas, informações históricas correntes. Os LDs podem nos informar sobre os processos de constituição da memória histórica acerca do passado ditatorial brasileiro e do sentido histórico do golpe de 1964. A forma pela qual tal conteúdo vem sendo sistematizado e divulgado nos LDs pode ser considerada parte de uma política de memória e mostra elementos de como a sociedade brasileira se relacionou com seu passado ditatorial desde a década de 1980. Ao pensarmos o LD como um dos instrumentos de sedimentação da memória histórica (BITTENCOURT, 2018) tentaremos identificar, ao final do artigo, a existência ou não de uma pedagogia da memória<sup>2</sup> acerca de nosso passado recente.

Data do Estado Novo (1937 – 1945) a primeira Comissão Nacional de Livros Didáticos cujas atribuições envolviam o estabelecimento de regras para a produção, compra e utilização de manuais escolares. Durante a ditadura pós-1964 houve uma política específica de compra e distribuição de LDs.

Naqueles anos, com o aumento da população escolar, houve também o estímulo, por meio de incentivos fiscais, ao setor editorial e ao parque gráfico nacional. Isso facilitou o processo de massificação do uso do LD no Brasil (MIRANDA, 2004).

A maior política para o LD foi criada em 1985, com o fim da ditadura, e intitulou-se Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). O PNLD foi gradativamente incluindo as distintas disciplinas e, em 1996, teve início a avaliação pedagógica dos livros. A aquisição e distribuição das obras pelo Estado ficou condicionada à inscrição e avaliação prévias, segundo regras definidas em edital e equipe de professores formada pelo Ministério da Educação. Ao longo dos anos, esses critérios de avaliação foram sendo aprimorados. Os livros de história do Ensino Fundamental começaram a ser avaliados em 1997, primeiro individualmente e, a partir de 2002, pelas coleções. Em 2007, os LDs do Ensino Médio foram contemplados pelo programa e distribuídos nas três séries.<sup>3</sup> Em 2004, a pesquisadora Circe Bittencourt (2004) afirmou que, diante dos investimentos feitos pelo Estado brasileiro em LDs, o PNLD havia se configurado como o maior programa de livros didáticos do mundo.

A avaliação do PNLD trouxe mudanças significativas na produção dos LDs de História. As obras foram adequadas aos critérios de seleção dos livros e, paralelamente, houve um processo de fusão editorial, com a falência de pequenas e médias editoras e o fortalecimento de grandes grupos editoriais. O LD aprovado no PNLD tornou-se mercadoria importante, geradora de enormes lucros para as editoras. Para divulgar os critérios de seleção e a avaliação de cada uma das coleções, passaram a ser publicados os Guias de Livros Didáticos.

Baseando-nos nas contribuições do historiador francês Alain Choppin (2004) e da historiadora Circe Bittencourt (2011; 2018) iremos analisar os LDs a partir das diversas funções que os mesmos exercem na escola, a saber, como referência para os programas das disciplinas escolares; instrumento pedagógico, pois apontam uma metodologia de ensino, sugerem exercícios e atividades; e construtores de hegemonia.

Selecionamos duas coleções de LDs de História para o Ensino Médio, etapa do ensino na qual o aluno tem um contato mais aprofundado com a história contemporânea do Brasil. Cumpre observar que, apesar de o ensino médio ser atingido por uma parcela crescente de alunos, ainda se encontra distante da totalidade da juventude brasileira<sup>4</sup>.

Tendo em vista que os conteúdos sobre golpe de 1964 e ditadura militar correspondem ao currículo do 3º ano do ensino médio, nossa amostra de LDs se limitou às diferentes edições encontradas de cada coleção. O número de edições de cada coleção analisada variou conforme o que encontramos nos acervos, não correspondendo, portanto, ao número total de edições publicadas.

### **O período ditatorial na coleção *História da Sociedade Brasileira***

A coleção *História da Sociedade Brasileira*, de autoria de Francisco Alencar, Lucia Carpi Ramalho e Marcus Venício Toledo Ribeiro teve a sua primeira edição publicada em 1979 pela editora *Ao Livro*

*Técnico*. Seus autores eram professores de história da educação básica na cidade do Rio de Janeiro. Tal coleção foi escolhida como objeto de análise devido ao fato de um de seus autores, Francisco Alencar, ter participado ativamente do processo de reconfiguração do campo do ensino de história após o fim da ditadura militar. Mais conhecido como Chico Alencar, professor da rede municipal de educação do Rio de Janeiro e de diversos colégios particulares da cidade do Rio de Janeiro, foi também militante dos movimentos de bairro nos anos 1980 e depois ocupou cargos políticos, como vereador no município do Rio de Janeiro entre 1989 e 1996, deputado estadual entre 1999 e 2002 e deputado federal entre 2003 e 2019, e novamente em 2023, primeiro pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e depois pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Em 1988 foi admitido como Professor Docente na cadeira de Prática de Ensino de História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lúcia Carpi é historiadora, concluiu o mestrado em história na Universidade Federal Fluminense (UFF) e foi professora do Instituto Metodista Bennett e Coordenadora de Gestão de Documento do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Marcus Venício Ribeiro é cientista social, mestre em história pela UFF e foi pesquisador da Fundação Biblioteca Nacional.

Analisamos duas edições dessa coleção: a 3ª, publicada em **1985**, consultada na Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP)/ Projeto Livres, coordenada pela professora Circe Bittencourt, e a 14ª, publicada em **1996**, consultada em meu acervo pessoal. Ambas as edições são anteriores à integração da disciplina de História ao PNLID.

De forma alinhada com o conteúdo das intervenções do autor nos eventos de história e ensino de história nos anos 1980 e 1990, a concepção de história e de seu ensino apresentada na coleção *História da Sociedade Brasileira* se aproxima, como o próprio título sugere, da História Social, referenciada no movimento dos Annales, em oposição à chamada “História tradicional”, que predominava entre os historiadores até a primeira metade do século XX. A História Social seria a história das pessoas comuns, diferente da história factual dos grandes personagens, e traria a valorização do problema e do processo, como uma dimensão específica da vida em sociedade. Escrito em meio à ascensão do movimento operário e de novos movimentos sociais na luta contra a ditadura e em uma conjuntura de crise econômica, o livro de Alencar, Carpi e Ribeiro apresenta uma concepção de História Social como história da ação política de sujeitos coletivos. Ao invés da sucessão de governos militares em ordem cronológica e de uma abordagem estritamente política dos acontecimentos oficiais, a narrativa central, de caráter leve e descontraído, perpassa aspectos de diferentes âmbitos da vida em sociedade: política, economia, cultura e atualidades.

Contra a “velha história” que justificava a “supremacia dos poderosos, ao passo que desvalorizava e até omitia a presença das classes e grupos sociais dominados”, os autores buscam uma História mais próxima do cotidiano dos alunos, que aborde as “desigualdades, as injustiças e os conflitos sociais” (ALENCAR, CARPI, RIBEIRO, 1996). A “Nova História” teria um “compromisso com o conhecimento e a verdade, portanto com a consolidação da democracia em nosso país”, visto que estaria fundamentada em metodologia de pesquisa e análise criteriosa de fontes documentais. Na *Apresentação*

da 14ª edição, os autores expõem como intenção principal “trilhar caminhos que propiciem (...) a identificação dos estudantes com a História de seu país” (ALENCAR, CARPI, RIBEIRO, 1996).

Nesse sentido, de acordo com a coleção em tela, a História a ser ensinada deveria ser aquela que estimulasse o aluno a querer conhecer as dinâmicas sociais passadas e presentes em seu país, apreender a realidade que o cerca. A narrativa central do livro prioriza a ação dos diversos grupos sociais, com destaque para os subalternos. As atividades sugeridas estimulam a leitura e interpretação de diferentes fontes históricas e propõem uma reflexão crítica sobre o sentido histórico do golpe de 1964 e da ditadura que se seguiu. A iconografia utilizada, diferentemente de muitas coleções da mesma época, privilegia os movimentos de massa, as caricaturas e gráficos.

A mudança de regime político em 1964 recebeu a denominação de “movimento militar”. Nem na edição dos anos 1980, nem na dos anos 1990 está presente a expressão “golpe” ou “golpe militar”. No entanto, a narrativa central apresenta a temática com complexidade, considerando os grupos civis e militares que apoiaram a conspiração e o contexto de crise do governo de João Goulart, analisado sob a perspectiva da crise do populismo, desenvolvida por Octávio Ianni (1975).

A crise do populismo seria derivada da exacerbação das contradições do regime, durante o governo Goulart, com a ampliação da participação das massas no jogo político e a pressão por parte das classes dominantes de limitar essa participação. Segundo Ianni, Goulart trouxe consigo todas as ambiguidades da política de massas. Governou sob pressões que caracterizaram a história do populismo. “O populismo terá sido apenas uma etapa na história das relações entre as classes sociais. Nesse sentido é que se pode dizer que no limite do populismo está a luta de classes” (IANNI, 1975, p.210).

Além da referência a Ianni, o texto principal da coleção didática leva em conta o papel do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) na desestabilização do governo Jango, bem como o processo de radicalização dos grupos de direita, com a formação de grupos militarizados de extrema direita e as manifestações da grande imprensa pelo impedimento do presidente eleito (ALENCAR, CARPI, RIBEIRO, 1996, p.383). Os trechos a seguir mostram a associação de setores civis e militares no movimento conspiratório contra o governo:

A eclosão do movimento da classe média conservadora vinha somar-se às conspirações tramadas por grupos de oficiais das Forças Armadas, conferindo-lhes apoio político e social. (...) outro fato importante para o êxito do movimento conspiratório foi a adesão, a partir de 1963, de militares considerados moderados, que se opunham à radicalização reformista (...) (1996, p.384).

O Governo dos EUA, que através do seu embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, e da Agência Central de Informações (CIA) há muito vinha se informando sobre a conspiração (à qual prometera ajuda militar), era o primeiro a reconhecer a nova situação. (...) O regime populista chegava ao fim, enfraquecido por suas próprias contradições, pelos erros cometidos e pelo fortalecimento da oposição civil e militar (1996, p.385-386).

Apesar de não a citar diretamente, a narrativa leva em conta a pesquisa desenvolvida pelo cientista político René Dreifuss (1981), a qual demonstrou que o complexo IPES/IBAD teria funcionado como um “Estado-Maior” da burguesia multinacional associada.

O contexto pré-golpe foi caracterizado por Dreifuss por uma crise de autoridade orgânica e de hegemonia política, possibilitando a unificação das classes capitalistas sob a liderança do complexo IPES/IBAD e sob a ação das FFAA. A derrubada do governo Goulart foi compreendida como um “golpe preventivo empresarial-militar, que visava, nas palavras de um dos líderes, a ‘golpear o dispositivo adverso antes de seu desembarque’” (DREIFUSS, 1981, p.143). Em 1981 Dreifuss já problematizava a limitação de entender o golpe de 1964 como uma ação estritamente militar. Para o pesquisador, o golpe teve um caráter de classe, revelando uma tomada política da máquina do Estado e assinalando “uma extraordinária capacidade do bloco multinacional e associado de articular frações e facções variadas acima de suas diferenças específicas” (p.143).

Quanto ao conteúdo sobre o período ditatorial, é interessante analisarmos os títulos e subtítulos que compõem o capítulo em questão, considerando que o número de páginas sobre o golpe e a ditadura dobra da 3ª para a 14ª edição.

Quadro 1: Coleção História da Sociedade Brasileira.

	3ª edição (1985)	14ª edição (1996)
<b>Título da Unidade V</b>	<i>Um novo Estado A República de 1964 aos nossos dias</i>	<i>O regime autoritário A República de 1964 a 1985</i>
<b>Subtítulo 1</b>	<i>Novos atores na cena política</i>	<i>Novos atores na cena política</i>
<b>Subtítulo 2</b>	<i>Primeiro crescer, depois dividir</i>	<i>Primeiro crescer, depois dividir</i>
<b>Subtítulo 3</b>	<i>Levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima</i>	<i>Levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima</i>
<b>Subtítulo 4</b>	<i>Hoje</i>	<i>Os anos setenta</i>

Os títulos não levam as expressões “ditadura militar”, nem “regime militar” para caracterizar o novo regime político a partir de 1964, apesar de enfatizarem a mudança de Estado. Ao invés de “ditadura” os títulos receberam a denominação “República de 1964”, expressão que, a princípio, não apresenta o caráter autoritário do novo regime político e reforça a indiferença nos leitores com relação às mudanças de regime político no Brasil. A sucessão de “Repúblicas” sugere um continuísmo indiferenciado entre regimes (ROSAS, 2016, p.71). A adjetivação “autoritário” apenas aparece na edição dos anos 1990, bem como a periodização completa do regime. A 3ª edição foi escrita antes do fim da ditadura, sendo a abertura política o principal ingrediente que compôs o contexto de elaboração do manual. A denominação “**movimento de 1964**” é usada na narrativa central da 3ª edição e as atividades propõem a crítica ao termo “Revolução” utilizado pelos militares. Assim, apesar de criticar o discurso legitimador dos militares, os autores optam por uma expressão que tampouco revela o caráter autoritário do processo. Essa opção pode ter sido originada por autocensura.

O uso da expressão “regime autoritário” na edição de 1996, periodizando-o entre 1964 e 1985, sedimenta uma memória que põe em contradição o regime democrático construído no Brasil a partir de 1988 e o passado recente ditatorial. Nessa abordagem, desenvolvida em pleno contexto de reformulação



da legislação educacional brasileira (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996; 1º Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos, de 1996), foi silenciado o processo de transição pactuado e pelo alto e reforçada a ideia de democracia como regime universal. Em consonância com a nova legislação educacional, a coleção em tela associou o regime democrático às liberdades políticas e aos direitos civis em contraposição ao “regime autoritário” atrelado à censura e à repressão. No contexto da 14ª edição, o Brasil vivia as primeiras reformas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso, divulgadas como “modernizadoras” em contraposição ao cenário da década de 1980, apresentado como “década perdida”. Ao seguir as orientações de organismos financeiros multilaterais, o governo FHC avançou nas políticas de privatização, combate à inflação e desregulamentação econômica. Essa “nova” democracia que se prometia era colocada em contraposição ao estatismo e ao trabalhismo, bem como à instabilidade econômica dos primeiros anos de redemocratização.

Os subtítulos, por sua vez, sugerem opções de campos de análise. O primeiro, “Novos atores na cena política”, trata de uma análise das movimentações dos principais grupos sociais durante o regime ditatorial. A narrativa, condizente com a proposta de uma História Social, abarca as iniciativas do empresariado nacional e estrangeiro, mostrando sua aproximação com o Poder Executivo em 1970, os benefícios do desenvolvimento capitalista brasileiro para a burguesia e as empresas estrangeiras, que precisavam das Forças Armadas e de “tecnocratas” para “exercer funções de controle, no plano social, e modernizadoras, no plano administrativo” (ALENCAR, CARPI, RIBEIRO, 1985, p.314). Igualmente, aborda-se a movimentação dos políticos tradicionais e o deslocamento de parte deles para o campo da oposição, na “Frente Ampla”. Trata-se de um tipo de análise que leva em conta o caráter de classe do projeto político e econômico levado a cabo pelo regime ditatorial a partir de 1964. Mais à frente, outra passagem mostra a adesão da burguesia ao regime autoritário:

A coesão dos que se beneficiavam com o crescimento da produção garantia social e politicamente o “endurecimento”. Foi uma época de muitas prisões e grande silêncio nos meios estudantis, sindicais, artísticos e intelectuais. O desenvolvimento político estava subordinado ao Ato. A partir daí há uma espécie de acordo entre o Estado e a burguesia: ela abria mão dos controles políticos tradicionais e de instrumentos como a liberdade de imprensa, o pluripartidarismo, o *habeas corpus*; o Estado, por seu lado, mantinha a ordem a qualquer custo, assumia os interesses dos empresários como se fossem os de toda a Nação (ALENCAR, CARPI, RIBEIRO, 1985, p.315).

Outra temática que chama a atenção é a ação de estudantes e operários contra o regime, além dos grupos guerrilheiros e a repressão a que foram submetidos.

No Governo do General Garrastazu Médici (1969-1974) e, em menor escala, no governo Geisel (1974-1979), esses grupos identificados com a guerrilha urbana e rural foram sendo progressivamente eliminados, com enorme mobilização de tropas. Contra os guerrilheiros do Sul do Pará, por exemplo, foram enviadas tropas que reuniram em certos momentos 10.000 e até 20.000 soldados. Foram mortos 61 militantes das forças guerrilheiras do Araguaia. **A repressão desencadeada na época contra os grupos de oposição política atingiu também centenas, talvez milhares, de pessoas não envolvidas com a luta armada, muitas das quais, além de presas, sofreram violentos maus tratos.** Em combates com as forças da repressão ou sob tortura em instalações policiais e militares, morreram 198 pessoas e 96 são contadas como desaparecidas (ALENCAR, CARPI, RIBEIRO, 1985, p.315).

O texto central é rico em dados sobre a repressão, mencionando a prática de tortura em instalações policiais e militares, como política de Estado, e o número de mortos e desaparecidos, abrangendo não apenas os militantes da luta armada. Essa perspectiva de análise aponta para a ideia de que o projeto político, econômico e social da ditadura atingiu amplos setores da população brasileira, e não apenas aqueles que lhe opuseram resistência direta, e beneficiou setores específicos como o empresariado nacional e estrangeiro e as classes médias.

O prisma de análise se aproxima da perspectiva adotada pelo cientista político argentino Guillermo O'Donnell (1987) sobre os regimes burocrático-autoritários, apesar de não o citar. São tecidas as relações entre o regime político, baseado na tecnocracia, no militarismo, na empresa estatal e no conglomerado internacional com a expansão capitalista. A coleção não cita muitas das referências bibliográficas que utiliza, nem para a narrativa central, nem para a iconografia utilizada, que, por sua vez, assume um aspecto mais ilustrativo. As imagens selecionadas mostram, em sua grande maioria, ações coletivas de resistência à ditadura ou de apoio ao golpe, os novos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980, capas de revistas críticas ao regime e charges de Caruso e Ziraldo, contrapondo-se aos manuais da mesma época que priorizavam imagens dos generais e políticos tradicionais.

Nesse sentido, a coleção vai na contramão de uma “história das elites”, feita por personalidades da política institucional, valorizando uma memória histórica de que o passado recente foi marcado por lutas políticas e sociais, disputas sangrentas entre classes e frações de classes sociais, invocando o leitor a refletir sobre seu papel como sujeito da história, como ator implicado no processo histórico brasileiro. Essa é uma importante quebra de paradigma trazida pela coleção em tela se comparada à maioria das coleções didáticas do período, ainda marcadas por uma história como sinônimo de passado inerte, com a qual o sujeito da aprendizagem não consegue se vincular e repensar seu próprio contexto.

Na segunda parte do capítulo, os autores analisam o “milagre econômico”, apresentando dados estatísticos, gráficos e tabelas que ajudam o aluno a compreender, em números, os custos sociais do projeto de desenvolvimento levado a cabo pelos governos militares. Os autores assinalam:

Os dados do quadro mostram que em 1959 um trabalhador ganhando salário mínimo precisava trabalhar 65 horas e 5 minutos para comprar a “ração média essencial” para o sustento de sua família (quatro pessoas). Em 1979, para comprar os mesmos alimentos, precisava trabalhar 153 horas e 4 minutos, ou seja, *mais que o dobro*. Isto significa que, para poder atender às outras necessidades (habitação, transporte, vestuário, educação etc), o operário viu-se obrigado a trabalhar cada vez mais, além de, certamente, ter passado a se alimentar pior. Como se pode concluir, se o trabalhador de 20 anos era pobre, o mesmo trabalhador de hoje é miserável (ALENCAR, CARPI, RIBEIRO, 1985, p.321).

As fontes dos dados trazidos na narrativa central são provenientes do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), *Jornal Movimento*, *Jornal do Brasil* e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em um contexto no qual tais instituições podiam, gradativamente, publicizar suas pesquisas. O texto desconstrói também a ideia do fortalecimento das empresas nacionais, pois mostra que a internacionalização da indústria deixou para o capital nacional



privado apenas os setores tradicionais e aumentou a dependência externa do país. O subtítulo é uma referência à conhecida fala proferida pelo ministro da Fazenda Delfim Netto.

A terceira parte do capítulo – “Levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima” – é uma referência ao samba “Volta por cima” de autoria de Paulo Vanzolini, expoente do samba paulista, sacralizado na voz de Beth Carvalho. A utilização de um dos versos desse samba como subtítulo do capítulo faz referência aos movimentos sociais e culturais de luta pelo fim da ditadura e reforça uma memória otimista acerca da mobilização social pela abertura do regime confirmada posteriormente no título do capítulo seguinte “Em busca de um sonho”.

Aborda-se o Centro Popular de Cultura da UNE, o Cinema Novo, o teatro dos grupos Oficina e Arena, o Tropicalismo e as vanguardas literárias. Trata-se de uma análise bastante completa se considerarmos as demais coleções do mesmo período, que não costumavam priorizar o panorama cultural da época, ressaltando as análises política e econômica.

A última parte do capítulo apresenta um panorama da “atualidade”, a história imediata, pouco comum na época. Aponta que, apesar de todos os problemas sociais e do aumento das desigualdades, a sociedade brasileira se encontrava ativa em sua ação política e cultural.

O Brasil vive hoje nas lutas dos trabalhadores – os verdadeiros construtores de nosso “milagre econômico” – que se reorganizaram em novos moldes, procurando eliminar as lideranças tradicionais (os pelegos) e defendendo – até pela greve – os autênticos interesses da classe. A queda do valor real dos salários e a vontade de participar vão superando a apatia e o medo versegados por um metalúrgico mineiro (...). Em 1980 eles sustentaram a maior greve metalúrgica de nossa história (ALENCAR, CARPI, RIBEIRO, 1985, p.328-329).

Em seguida, os autores citam um documento de autoria do sindicato dos metalúrgicos para o ministro do Trabalho, no qual o sindicato questiona a ilegalidade atribuída pelo regime ao movimento grevista e a ausência de resposta do ministro. Além do movimento operário, a coleção menciona os “novos movimentos sociais” que ganharam terreno nos anos 1980, como as Associações de Bairro, os Clubes de Mães, o Movimento do Custo de Vida, as Comunidades Eclesiais de Base, o movimento estudantil e a resistência dos povos indígenas ao projeto de desenvolvimento em curso no país.

O Brasil está vivo na heroica resistência das populações indígenas, acossadas por fazendeiros e grandes empresas agropecuárias, mineradoras ou de exploração florestal, e sem o apoio eficaz do órgão tutelar, a Funai (...). Em muitas cidades surgem comissões pró-índio, lutando pela demarcação imediata das terras indígenas (ALENCAR, CARPI, RIBEIRO, 1985, p.331).

Outro tema que aparece em *História da Sociedade Brasileira* é o movimento de mulheres, que “reivindicam igualdade de tratamento em relação aos homens e o fim dos preconceitos impostos por uma ordem social marcadamente machista” (ALENCAR, CARPI, RIBEIRO, 1985, p.332).

A escrita do manual coincidiu com o contexto de ascensão dos chamados novos movimentos sociais e do “novo sindicalismo”, que gerou reflexões inovadoras entre os pesquisadores das ciências humanas e sociais. Em 1988 foi publicada a pesquisa do sociólogo brasileiro Eder Sader *Quando os novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970 – 1980)*, que se tornou

uma referência sobre a temática. Nesse livro, Eder Sader aponta os impactos dos movimentos sociais de 1978 na revalorização de práticas do cotidiano popular, geralmente ofuscadas por modalidades predominantes de sua representação. Esses movimentos foram analisados a partir de suas linguagens, pelos lugares em que se manifestavam, pelos valores que professavam e como indicadores da emergência de novas identidades coletivas (SADER, 1988, p.26).

Ao final da década de 1970, as pesquisas passaram a se referir à irrupção de movimentos operários e populares de caráter novo, autônomo, contestatório. O “novo sindicalismo” foi caracterizado como um movimento independente do Estado e dos partidos, crítico do “peleguismo” e representante “autêntico” dos interesses da classe trabalhadora. Os “novos movimentos de bairro” ganharam destaque por sua auto-organização, pela reivindicação de direitos sem troca de favores. A convivência em associações comunitárias seria local de produção de nova sociabilidade pela classe trabalhadora. Os “novos movimentos sociais” foram encarados como importantes politizadores de espaços antes silenciados da esfera privada (SADER, 1988, p.35).

A última parte do capítulo do LD é composta pelas seções *História e vida* e *Sugestões para trabalhos*. Na primeira há uma seleção de três textos de diferentes tipos: um trecho do livro do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1975), *Autoritarismo e Democratização*, no qual o autor reflete sobre a viabilidade de um projeto de desenvolvimento capitalista calcado na extrema desigualdade social e na repressão; um trecho de documento produzido pela Assembleia dos Trabalhadores do Grande Recife em 10/11/1977, no qual os trabalhadores denunciam o desemprego crescente, o esvaziamento e a intervenção nos sindicatos, o FGTS e a situação de pobreza e exploração; e um trecho do livro de Fernando Gabeira (1979) *O que é isso, companheiro?*, presente apenas na edição de 1985, mas não na de 1996. As fontes não vêm acompanhadas por sugestões de atividades, que se encontram ao final do capítulo. Nessa seção sugere-se usar a segunda fonte, da Assembleia de Trabalhadores, para pensar o “novo sindicalismo” brasileiro.

Identificamos uma questão que propõe aos alunos fazerem um levantamento bibliográfico sobre a “fase da luta armada na nossa história contemporânea”. É exatamente nesse período, o mesmo em que a coleção foi produzida, no qual são publicados depoimentos de ex-militantes da luta armada, principalmente os que participaram da guerrilha urbana. Os livros de Fernando Gabeira (1979) e Alfredo Sirkis (1980) constituíram grandes sucessos editoriais e criaram polêmicas entre os que participaram da luta armada. Nesse sentido, a citação dessa bibliografia no manual didático revela que as primeiras narrativas sobre tortura que se tornaram públicas no Brasil adentraram as salas de aula. Talvez por fazerem parte da história do tempo presente dos próprios autores do manual, não ganharam a devida problematização como fontes históricas.

### **O período ditatorial na Coleção *História***

A coleção *História*, de autoria dos historiadores e professores da Universidade Federal Fluminense (UFF), Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos, teve a sua primeira edição publicada em 2010 pela editora Saraiva. Os quatro autores são professores

universitários, tendo ingressado na UFF em anos diferentes. Ronaldo Vainfas atuou na UFF a partir de 1978 e se aposentou em 2015; Sheila Faria, de 1983 a 2012; Jorge Ferreira, de 1985 a 2018; e Georgina dos Santos, a partir de 1993. Tal coleção foi escolhida para nossa pesquisa devido à participação de alguns de seus autores nos debates recentes sobre o período ditatorial e na reformulação das diretrizes e orientações curriculares nacionais para a disciplina de História durante a elaboração da Base Nacional Comum Curricular<sup>5</sup>. Analisamos três edições da coleção: a 1ª, de **2010**, obtida no Memorial do PNLID; a 2ª, de **2013**; e a 3ª, de **2017**, ambas constantes de meu acervo pessoal.

Os dados estatísticos do PNLID de 2018 mostram que a coleção *História*, especificamente os livros voltados para o 3º ano do ensino médio, esteve entre as mais vendidas.<sup>6</sup>

As concepções de História e de ensino apresentadas nas edições de 2010 e de 2013 estão explicitadas na abertura do livro. Em geral, atribui-se à História e ao seu ensino a problematização do presente e sua historicização, a análise crítica da informação histórica corrente e das fontes documentais e uma formação para a cidadania, no sentido de desenvolvimento de uma perspectiva crítica às graves violações de direitos humanos e à importância dos direitos políticos, civis e sociais. A coleção apresenta uma narrativa de fácil compreensão, porém sem ser simplificada. Busca-se um conteúdo atualizado, com o uso de seções e fontes históricas diversificadas. Na edição de 2017, os autores alertam o leitor sobre o problema do anacronismo e de “verdades acabadas”, explicações a partir de “um único ponto de vista” típicas das doutrinas e não do pensamento livre” (VAINFAS, FARIA, FERREIRA, SANTOS, 2017).

Nos capítulos por nós analisados verifica-se uma perspectiva crítica ao marxismo, mesmo em sua vertente histórico-crítica, além de uma maior valorização da análise política, social e cultural, deixando a esfera econômica em segundo plano. Rejeitam-se conceitos como "ideologia" e "luta de classes", centrando-se a análise na movimentação de atores políticos como se estes estivessem desprovidos de projetos de sociedade. Identificamos também prismas revisionistas acerca de alguns aspectos da história da ditadura pós-1964 no Brasil, que serão melhor analisados adiante.

Ao retratar o golpe de 1964, os autores utilizam explicitamente esta denominação com o objetivo de mostrar que tal fato não foi inevitável. Buscando se contrapor a alguns autores marxistas que, em suas pesquisas, evidenciaram a articulação das classes dominantes, nacionais e estrangeiras na desestabilização do governo João Goulart, na elaboração do projeto econômico-social e político da ditadura, os historiadores da coleção *História* enfatizam, nas duas primeiras edições, que apesar de ter existido uma ação conjunta das FFAA, com apoio de governadores, do presidente do Congresso Nacional, de políticos de oposição, de diversos meios de comunicação, de vários setores da sociedade e do governo norte-americano,

a interrupção do regime democrático parecia não interessar a ninguém, como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, líderes civis do golpe que eram candidatos à presidência da República, tampouco aos próprios militares, que não tinham planos de governo e diziam que apenas queriam livrar o país dos comunistas. A sociedade brasileira não se deu conta de que era o início de uma ditadura que duraria 21 anos (VAINFAS, FARIA, FERREIRA, SANTOS, 2010, p.327).

Tanto na edição de 2010 quanto na de 2013, o golpe é apresentado como algo não planejado, que aparentemente não interessava a nenhum dos setores que nele se encontravam diretamente envolvidos. O texto central acaba desresponsabilizando os setores golpistas pelo golpe e esvaziando o sentido histórico da derrubada de um governo eleito de forma democrática e da implantação de um regime ditatorial.

O tratamento do golpe de 1964 como um acontecimento que “parecia não interessar a ninguém” reforça uma memória banalizadora, que rasura os conflitos de interesses políticos, sociais e econômicos e as condições estruturais, como se a mudança de regime tivesse sido um “acidente” de percurso.

A narrativa principal é crítica à perspectiva desenvolvida por Dreifuss nos anos 1980. Ao afirmar que o golpe foi “necessário” para conter o movimento de ativação popular e para efetuar um controle político do Estado diante de uma nova organização do capitalismo em nível internacional, a perspectiva do cientista político uruguaio foi lida, por alguns estudiosos, como se o golpe de 1964 fosse algo inevitável. Esses pesquisadores associaram essa perspectiva de análise à ideia de uma “história teleológica”. Numa publicação de um dos historiadores autores da coleção *História*, lê-se na apresentação:

(...) longe de levar o leitor a acreditar que o golpe – e a consequente decretação da ditadura civil e militar – **estavam escritos nas estrelas**, os autores mostram as múltiplas possibilidades de escolha existentes na segunda metade de 1963. (...) **A imprevisibilidade era grande**, como deixam antever os depoimentos das principais figuras sobre o futuro do recente movimento: não havia um projeto definido para depois da tomada de poder. O caminho seria aberto no próprio caminhar (FERREIRA; GOMES, 2014).

O debate sobre a inevitabilidade do golpe de 1964 esteve presente entre os pesquisadores desde 1994, quando dos 30 anos daquele acontecimento. Em 1997, o filósofo Caio Navarro de Toledo organizou um livro que sintetizava o seminário ocorrido na Unicamp em 1994, “O golpe de 1964: 30 anos”, no qual autores como Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender buscavam responder à pergunta “Era o golpe de 1964 inevitável?”. Nos 40 anos do golpe, em seminário organizado pela UFRJ, UFF e FGV, tal debate foi retomado. Naquela ocasião, a reflexão foi feita a partir de uma perspectiva extremamente crítica, liderada pela cientista política Argelina Figueiredo e seguida pelo historiador Jorge Ferreira, autor da coleção didática em exame. Em 2004, Argelina Figueiredo afirmou:

O golpe de 1964 não foi uma consequência inevitável de fatores estruturais – econômicos ou institucionais –, alguns dos quais já atuavam quando, em 1961, um golpe militar foi abortado. Ao contrário, dentro dos parâmetros estabelecidos por esses dois fatores, havia uma razoável margem de escolha para os atores políticos que buscavam reformas no marco das instituições democráticas (p.26-27).

Partidária da teoria da escolha racional e crítica ao marxismo, a pesquisadora se posicionou contrária às perspectivas de análise macroestruturais. Em seu entendimento, a esquerda não foi capaz de construir um caminho democrático para a implementação do programa de reformas de base. Ao se radicalizar, teria limitado o campo de ações do governo e condenado ao fracasso a formação de uma coalizão de centro-esquerda. A autora concluiu que tanto a esquerda quanto a direita apresentavam uma

perspectiva instrumental de democracia, o que impediu a combinação entre reforma e democracia nos anos 1960 no Brasil.

Na mesma publicação em torno dos 40 anos do golpe, o historiador Jorge Ferreira propôs um debate, ainda pouco explorado, segundo ele, acerca do papel da esquerda no golpe de 1964. Seguindo a perspectiva defendida por Figueiredo, Ferreira condenava a radicalização da esquerda e explicava o sucesso do golpe de 1964 a partir da opção revolucionária daquela.

Ora, analisando os componentes da Frente de Mobilização Popular (FMP), ali estavam presentes líderes sindicais, camponeses, estudantis e dos subalternos das FFAA, grupos marxista-leninistas, políticos nacionalistas. Essa era a esquerda da época que reconheceu em Leonel Brizola a liderança do movimento (...). Se ele era radical, tinha pregações revolucionárias e defendia a ruptura institucional, era porque as esquerdas igualmente eram radicais, pregavam a revolução e defendiam o rompimento com as instituições. Ambos falavam a mesma linguagem e tinham objetivos em comum. Essa era a esquerda brasileira em época de radicalização (p.44).

Complementando a perspectiva de Figueiredo e Ferreira, o historiador Daniel Aarão Reis propôs uma reflexão sobre a elaboração da memória da ditadura pelas esquerdas. Segundo ele, nos anos 1990, quando publicadas as primeiras memórias de ex-combatentes da luta armada, convencionou-se a pensar que todos os que se posicionaram criticamente ao regime militar teriam feito parte da “resistência democrática”. Para o historiador, essa elaboração da memória constituiria um verdadeiro deslocamento de sentido, já que a esquerda armada nunca tinha demonstrado nenhum apego pelos valores democráticos; ao contrário, teria abandonado a defesa da legalidade nos anos 1960 para assumir uma posição ofensiva e contra a lei.

No interior da luta pela anistia se criaram as condições para uma reconstrução: o projeto revolucionário da luta armada transmutou-se em resistência democrática contra a ditadura. (...) Na gênese da ditadura, tendeu-se a apagar o grande embate social. O projeto reformista revolucionário evaporou-se, transformado em um *fantasma*. As esquerdas foram vitimizadas. Os amplos movimentos de direita, praticamente apagados. Os militares, estigmatizados, *gorilas*, culpados únicos pela ignomínia do arbítrio. A ditadura, quem a apoiou? Muito poucos, raríssimos, nela se reconhecem ou com ela desejam ainda se identificar. Ao contrário, como se viu, quase todos *resistiram*. Mesmo a esquerda revolucionária transmutou-se numa inventada *resistência democrática* de armas nas mãos (p.133-134).

Todas essas leituras que ganharam espaço a partir de 2004 abriram brechas para o reforço de perspectivas justificadoras do golpe e da ditadura, fortalecendo revisionismos e negacionismos posteriores. A coleção *História*, por ter sua primeira edição publicada em 2010, foi permeada pelos debates em torno dos 40 anos do golpe e teve entre seus autores quem tivesse participado diretamente dos seminários e publicações do período. As edições seguintes acompanharam os debates historiográficos, como veremos mais à frente.

Ao reforçar concepções historiográficas que responsabilizam esquerda e direita pelo golpe de 1964, criando uma versão brasileira da “teoria dos dois demônios” e criticar o posicionamento da esquerda armada nos anos 1990, a primeira edição da coleção reforça a memória dos golpistas e seu discurso justificador do golpe, condenando a luta por transformações radicais na sociedade brasileira. A

construção de legitimidade em torno deste discurso ganhou novas roupagens na década seguinte com o fortalecimento de grupos de extrema-direita no Brasil evocadores das memórias golpistas.

Nas edições de 2010 e 2013, o golpe de 1964 é apresentado como “não planejado”, pois poderia ter sido evitado se as esquerdas não tivessem se radicalizado e se, junto com as direitas, apresentassem apreço pelos valores democráticos. Já na edição de 2017, ao invés de afirmar que nem os políticos tradicionais nem os militares queriam o golpe, os autores modificaram o texto principal, ressaltando a participação civil:

O **plano dos golpistas** era depor João Goulart da presidência da República. Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, **líderes civis do golpe**, eram candidatos à presidência da república nas eleições no ano seguinte. Os próprios **militares que lideraram o golpe não tinham planos de governo** e diziam que apenas iriam livrar o país dos comunistas. O futuro estava em aberto e ninguém poderia prever que o país viveria sob uma violenta ditadura nos próximos 21 anos (VAINFAS, FARIA, FERREIRA, SANTOS, 2017, p.216).

Em consonância com o principal debate que permeou os 50 anos do golpe, o manual ressaltou a responsabilidade civil e militar do regime ditatorial sem, no entanto, mencionar o papel do empresariado. Este aparece mais à frente, no apoio e no financiamento da repressão ao movimento sindical nos anos 1970.

A linha historiográfica da coleção se aproxima da perspectiva defendida pelo historiador Daniel Aarão Reis em *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade* (2000), na qual o sucesso do golpe é considerado algo inusitado pelas próprias direitas e o início da ditadura como algo que ninguém imaginava:

Condensaram-se todas as forças anti-reformistas, à espera de uma iniciativa que, afinal, veio de Minas Gerais, através do estouvado mas decidido general Olímpio Mourão. Os demais dispositivos conspiratórios, depois de alguma hesitação, acompanharam. Jango foi fugindo do cenário aos soluços: Brasília, Porto Alegre, Montevideu, deixando atrás de si um rastro de desorientação e desagregação. **Apavorado diante do incêndio que provocara sem querer, horrorizado com a hipótese de uma guerra civil que não desejava**, decidiu nada decidir e saiu da História pela fronteira com o Uruguai. **As esquerdas não ofereceram resistência**, salvo focos isolados, dispersados sem grande dificuldade. Jogavam todas as fichas no dispositivo militar de Jango e no próprio presidente. Quando o primeiro ruiu, em uma sucessão impressionante de batalhas de Itararé, e o segundo fugiu, quedaram-se aparvalhadas, desmoralizadas. As direitas saudaram nas ruas a **vitória imprevista**. Uma grandiosa Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, com centenas de milhares de pessoas, no Rio de Janeiro, comemorou o golpe militar e festejou a derrocada de Jango, das forças favoráveis às reformas e do projeto nacional-estatista que encarnavam. **Sem ainda saber exatamente o que iria acontecer, o país ingressara na longa noite da Ditadura Militar.**

Os títulos e subtítulos do capítulo também demonstram a perspectiva historiográfica dos autores:

Quadro 2: Coleção História.

	2010 (1ª) / 2013 (2ª) / 2017 (3ª)
Título do capítulo	<i>Brasil: a República dos generais</i>



<b>Subtítulo 1</b>	<i>A ditadura disfarçada</i>
<b>Subtítulo 2</b>	<i>O avanço das oposições e o AI-5</i>
<b>Subtítulo 3</b>	<i>O crescimento econômico</i>
<b>Subtítulo 4</b>	<i>A luta armada</i>
<b>Subtítulo 5</b>	<i>Começa a abertura</i>
<b>Subtítulo 6</b>	<i>A ditadura sem saída</i>
<b>Subtítulo 7</b>	<i>Diretas Já!</i>

O termo “ditadura” não aparece no título do capítulo e o regime após o golpe de 1964 é denominado “República dos generais”. Opta-se pelo termo “República” para denominar um regime que não se estabeleceu como de interesse geral, como “coisa comum”, nem cujos governantes eram representativos dos interesses da maioria.

O primeiro subtítulo do capítulo sobre ditadura da coleção *História* utiliza a mensagem que os próprios militares buscavam transmitir: o novo regime serviria para “organizar a casa”, teria curta duração e seria seguido pelo retorno à democracia. O texto central mostra que, apesar do disfarce, o regime se caracterizou como uma ditadura desde o primeiro momento.

(...) o prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi incendiado e a sede do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) foi destruída. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), as Ligas Camponesas e diversas outras organizações foram declaradas ilegais. João Goulart e Leonel Brizola tiveram que se exilar no Uruguai; Luís Carlos Prestes entrou para a clandestinidade; dezenas de líderes sindicais foram presos (VAINFAS, FARIA, FERREIRA, SANTOS, 2010, p.335).

O segundo subtítulo também traz uma perspectiva historiográfica desenvolvida na narrativa principal, a saber, a radicalização das esquerdas e das direitas em 1968, fato que teria culminado na promulgação do AI-5, “o golpe dentro do golpe”. Na edição de 2017 o subtítulo ganha outra roupagem com semelhante perspectiva: "Aumenta a oposição, intensifica-se a repressão". Esse assunto é aprofundado em boxe com citação de texto de Daniel Aarão Reis Filho:

Por que a decretação do AI-5, se a situação econômica era favorável ao governo e as oposições estudantis e da Frente Ampla estavam desarticuladas? Para os estudiosos do assunto, o AI-5 foi um golpe dentro do próprio golpe que ocorreu em 1964. A direita militar escolheu o endurecimento político. Segundo o historiador Daniel Aarão Reis: (...) *os movimentos de estudantes e intelectuais já estavam derrotados, em debandada, e eram totalmente incapazes de subverter a ordem. Na verdade, o aprofundamento do estado de exceção visou muito mais os componentes insatisfeitos daquela grande e heterogênea frente que apoiara o golpe de 1964. O AI-5 teria sido decretado e visou os setores que apoiaram o golpe e não seus opositores* (VAINFAS, FARIA, FERREIRA, SANTOS, 2017, p.223).

Na edição de 2010, a tese sobre o AI-5 como resultado da radicalização política de ambos os lados é mais bem explicitada, acercando-se novamente da “teoria dos dois demônios”:

Para os estudiosos do assunto, o AI-5 reflete o fato de os grupos de esquerda revolucionários e a direita militar terem escolhido o caminho da radicalização para resolver seus conflitos e divergências – radicalismo que vinha desde 1964. Assim, enquanto as esquerdas revolucionárias escolheram a luta armada, a direita militar escolheu o endurecimento político. O AI-5 veio dar cobertura à brutalidade do regime (VAINFAS, FARIA, FERREIRA, SANTOS, 2010, p.340).

O terceiro subtítulo traz a questão do “desenvolvimento econômico” promovido pelo regime, enfatizando a perspectiva do “crescimento” propalada pelos militares. Diferente da coleção analisada anteriormente, que enfatiza os custos sociais provocados pelo projeto econômico do regime ditatorial-militar, os autores optam por uma análise mais “otimista”, afirmando que o “milagre econômico” beneficiou muitos setores da sociedade. Assim, na contramão da perspectiva adotada pelos livros dos anos 1980, esse manual aponta que:

Os próprios trabalhadores ganharam com o “milagre”. Em época de pleno emprego, puderam frequentar cursos como os do Senac e do Senai, aprender uma profissão e alcançar melhores postos de trabalho nas fábricas (VAINFAS, FARIA, FERREIRA, SANTOS, 2017, p.344).

Além dos trabalhadores, o projeto econômico do regime teria beneficiado os empresários, os banqueiros e as classes médias, como mostram os autores do manual didático. Os autores reconhecem que alguns grupos sociais perderam com esse projeto: "Alguns (...) perderam o pouco que tinham, como no caso dos pequenos proprietários de terras, ‘engolidos’ pela agricultura mecanizada. Latifúndios, transformados em agroindústria, expandiram-se” (VAINFAS, FARIA, FERREIRA, SANTOS, 2017, p.344). A coleção não reserva um espaço para o aprofundamento da análise econômica, como era comum encontrar nos livros escolares dos anos 1980. A edição mais recente ganhou um pequeno box sobre o aumento da concentração de renda provocada pelo projeto econômico da ditadura, ressaltando, um pouco mais, a perspectiva da desigualdade social. Assim, em meio a um texto central que traz uma perspectiva otimista sobre o “crescimento espetacular da economia brasileira” entre 1968 e 1973, foi adicionado em caixa lateral:

#### Concentração da renda

O chamado milagre era regido por uma política que estimulava o crescimento, ao mesmo tempo que favorecia a concentração da renda. Seu lema era: “Crescer o bolo para depois dividi-lo”. O bolo de fato cresceu, mas as fatias foram distribuídas de maneira muito desigual (VAINFAS, FARIA, FERREIRA, SANTOS, 2017, p.226).

O quarto subtítulo, “A luta armada”, embora não tenha uma perspectiva historiográfica implícita em sua extensão, é seguido por uma narrativa principal que expõe um prisma que, embora polêmico, vem ganhando espaço na história acadêmica, na história escolar e em outros usos públicos da história. Inicia-se com uma caracterização irônica e pejorativa dos grupos guerrilheiros e sua opção pela luta armada. Segundo a edição de 2010,

muitas dessas organizações se formaram devido a divergências ideológicas, táticas ou mesmo disputas pessoais entre lideranças de organismos já existentes. Todas elas julgavam ser a vanguarda da classe operária na condução da revolução socialista. Ao mesmo tempo acusavam as demais de erros, desvios e traições (VAINFAS, FARIA, FERREIRA, SANTOS, 2010, p.346).

Os autores afirmam que as organizações se formaram movidas por pequenas disputas políticas e não por diferenças programáticas substantivas. Após o AI-5, essas organizações teriam sido totalmente derrotadas. Seguindo a perspectiva de Aarão Reis em *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade* (2000),

Aos olhos de hoje, a luta armada não tinha a menor chance de derrubar o regime militar. As organizações eram muito fragmentadas, com divergências internas. Mas os guerrilheiros estavam convencidos de que a violência da ditadura militar era prova de que o capitalismo no Brasil entrara em crise irreversível (VAINFAS, FARIA, FERREIRA, SANTOS, 2010, p.346).

A coleção didática, de forma anacrônica, decreta o fracasso da luta guerrilheira em 1968 a partir da conjuntura de 2010, ano da vitória presidencial de Dilma Rousseff (PT), ela também ex-guerrilheira. O anúncio da derrota é pronunciado antes mesmo que a Guerrilha do Araguaia, por exemplo, fosse desmantelada por completo. Há um silenciamento da luta revolucionária propriamente dita, tanto pela banalização com a qual os grupos guerrilheiros foram apresentados, quanto pela decretação de seu fracasso antes mesmo que seus integrantes fossem completamente perseguidos, torturados, executados e seus cadáveres ocultados pelo regime ditatorial. A coleção sedimenta uma memória desqualificante da luta armada, condenando-a junto a outras possibilidades de lutas por transformações radicais, como alternativa no presente e no futuro.

Em seguida, os autores concluem que o maior problema dessas organizações revolucionárias consistiu na falta de apoio da sociedade brasileira em relação às suas ações. O conjunto da “sociedade” simplesmente “não desejava nenhuma revolução socialista”, nem estava disposta a apoiar a luta armada.

Os trabalhadores não se entusiasmaram com as ações revolucionárias e a maioria dos brasileiros não entendia o que estava acontecendo, tomando conhecimento dos embates entre guerrilheiros e policiais em silêncio. Além disso, o “milagre econômico” começava a deslanchar. Os guerrilheiros somente encontravam algum apoio no que restava do movimento estudantil (VAINFAS, FARIA, FERREIRA, SANTOS, 2010, p.347).

Apesar de o motivo principal da derrota da luta armada ser imputado aos próprios guerrilheiros, a coleção menciona de maneira aprofundada a repressão a eles direcionada. Nesse caso, verificamos uma perspectiva próxima ao revisionismo, já que, não obstante as fontes históricas citadas, que trazem dados relevantes sobre a repressão sistemática levada a cabo pelo Estado brasileiro contra a oposição e contra pessoas comuns, a conclusão final dos autores é que a derrota da luta armada se deu em função do isolamento dos guerrilheiros em relação à sociedade. Os autores fazem alusão à desigualdade da disputa travada entre o Estado e os grupos armados, mas insistem na conclusão que leva a uma responsabilização da própria esquerda pelo seu extermínio e a uma desresponsabilização do Estado pela política sistemática de repressão, tortura, censura e desaparecimentos forçados.

Sobre a repressão e a tortura, os autores asseveram que

Para enfrentar a guerrilha, o governo unificou as ações das diversas forças repressivas. Nas FFAA foram criados os DOI-CODI. A tortura dos guerrilheiros era praticada em suas instalações. Participaram também do combate à guerrilha a Polícia Federal, as polícias estaduais (Civil e Militar) e os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS). Tão logo eram presos, sofriam bárbaras torturas para entregar os companheiros à repressão. Alguns desses métodos foram ensinados por agentes norte-americanos. Muitos militantes presos não resistiram e morreram em função das torturas, que incluíam o pau de arara, espancamentos variados e choques elétricos em várias partes do corpo (VAINFAS, FARIA, FERREIRA, SANTOS, 2010, p.348).

Na seção “Documento”, há uma citação de relato do militante Jacob Gorender (1987) em *Combate nas trevas* sobre a sua própria experiência de repressão e tortura. A questão que acompanha a fonte histórica propõe um debate sobre o significado da prática da tortura na Constituição de 1988: “Após ler o relato de Jacob Gorender, responda: por que a legislação exclui o torturador do direito da fiança judicial?”. Considerada “crime inafiançável” em 1988, a tortura passou a ser tratada como “grave violação de direitos humanos”, sendo entendido que as sequelas por ela provocadas não poderiam ser “remediadas” mediante pagamento de fiança pelo torturador. A atividade permite discutir a tortura nas relações passado/presente, possibilitando uma formação crítica no campo dos direitos humanos, da cidadania e da democracia. Assim, embora a coleção estimule o debate crítico no âmbito de uma educação em direitos humanos, apresenta um ponto de vista de rechaço às lutas por transformação radical da sociedade, endossando, em alguns momentos, o discurso de legitimação do regime ditatorial proferido pelos próprios militares e seus apoiadores.

Os últimos subtítulos dizem respeito à abertura política. Os autores utilizam uma perspectiva historiográfica atualizada, que mescla o projeto de abertura restrita do governo Geisel e as lutas sociais pelo fim da ditadura. O texto aborda as disputas entre diferentes projetos de transição da ditadura para a democracia, mencionando as ações do movimento operário, da oposição moderada, dos comitês de anistia e dos movimentos com reivindicações específicas, como os movimentos de bairro, das mulheres, dos negros, dos homossexuais que, apesar de não serem ligados “à luta contra a ditadura”, “contribuíam para fortalecer as oposições” (VAINFAS, FARIA, FERREIRA, SANTOS, 2013, p.230).

Observamos que, em geral, as atividades e a iconografia são diversificadas, propondo desde a sistematização de conteúdos até a análise de fontes históricas, incluindo a abordagem das letras de música, como “Apesar de você” (1970) de Chico Buarque e “Alegria, alegria” (1967) de Caetano Veloso. Chamam a atenção os exercícios que propõem uma reflexão sobre a importância dos direitos políticos e civis, como consta na edição de 2013 na seção *A história no seu lugar*, com um texto sobre os direitos inscritos na Constituição Federal de 1988. Após o texto, sugere-se: “Com um grupo de colegas realizem debate com o seguinte tema: como era viver no Brasil durante a ditadura militar, sem a garantia dos direitos civis?” (VAINFAS, FARIA, FERREIRA, SANTOS, 2013, p.230).

Tanto as atividades quanto os textos de referência para o professor tratam de uma historiografia atualizada e buscam a desconstrução de imagens consagradas da ditadura como, por exemplo, a abordagem dicotômica sobre os militares (duros *versus* moderados). Ao invés de reforçar a perspectiva do senso comum que coloca os duros em oposição aos moderados, os autores trabalham com a perspectiva de uma diversidade de posicionamentos entre os militares ao longo de todo o período.

Em suma, a coleção é uma das aprovadas no PNLD e apresenta formato e conteúdo adequados aos critérios de avaliação exigidos. A atualização historiográfica, a escrita simples, porém não simplificada, a diversidade iconográfica e de atividades, a proposta de discussão crítica acerca da violação

de direitos humanos e dos direitos civis e políticos são aspectos observados nas três edições analisadas. No que se refere à abordagem do conteúdo sobre a ditadura, chamam a atenção elementos revisionistas que responsabilizam a esquerda e os trabalhadores pela repressão a eles direcionada. Assim, embora a coleção promova o debate crítico sobre a importância das garantias democráticas, questiona-se a opção por alternativas transformadoras. Ao considerar que a população em geral não apoiava nem entendia a atuação dos grupos guerrilheiros, os autores afirmam, indiretamente, que a sociedade apoiava a ditadura, já que até os trabalhadores teriam sido supostamente beneficiados com o “milagre” e não se identificavam com a perspectiva de mudança radical da sociedade. Diferentemente da outra coleção analisada, nesta o número de páginas sobre as temáticas do golpe e da ditadura sofreu uma redução de 30 para 20 páginas. Por fim, identificamos elementos mais críticos em relação à caracterização do regime como uma ditadura na edição mais recente da coleção, com a revisão de trechos sobre o golpe de 1964, sobre o “milagre” e sobre o governo de Castello Branco. Essa mudança pode ter se dado em função do impacto dos trabalhos da CNV ou em reação ao golpe parlamentar de 2016 contra a presidente Dilma Rousseff ou mesmo em função de críticas aos elementos revisionistas das primeiras edições.

### **Que memórias do passado ditatorial foram sedimentadas pelas coleções didáticas?**

As duas coleções aqui analisadas apresentam abordagens distintas do período ditatorial brasileiro e trazem marcas do tempo em que foram elaboradas. De forma geral, podemos dizer que a coleção didática dos anos 1980 prioriza análises econômicas mais completas do que a coleção dos anos 2010, quando a esfera político-social e cultural assumiu mais espaço nas obras. Essa constatação remete ao próprio movimento da História enquanto disciplina.

A coleção dos anos 1980 e 1990 por nós analisada se apresenta como crítica a um modo de fazer e de ensinar História que predominava no período anterior. Condizente com o papel de seus autores no cenário político e educacional do período da “redemocratização” e dos primeiros governos “democráticos”, tais livros buscam sedimentar uma memória crítica sobre o passado imediato da ditadura. Embora não tenha se referido, nos títulos e subtítulos dos capítulos, ao passado recente como um período “ditatorial” iniciado por meio de um “golpe de Estado, contribui para problematizar o estudo do período, utilizando referências historiográficas atualizadas, discutindo o sentido histórico do golpe e da ditadura na sociedade brasileira.

A abordagem crítica do período ditatorial é feita a partir do uso de uma linguagem simples, porém não simplificada; do uso de imagens e charges que não se circunscrevem às cenas oficiais; à ruptura com a narrativa tradicional baseada na sucessão cronológica de governos e dos atos institucionais; na busca de uma história social da ditadura; na abordagem aprofundada de um período muito recente da história; na discussão acerca das violações de direitos humanos realizadas via Estado de forma sistemática contra amplos setores da população brasileira; e na colaboração entre civis e militares na desestabilização do governo Goulart, na construção do golpe e na sustentação do regime

ditatorial. A coleção traz dados sobre os mortos e desaparecidos políticos extraídos, principalmente, do livro *Brasil Nunca Mais* (1985). As informações relativas à luta armada e às organizações de esquerda provêm de livros de memórias. Faltam atividades e exercícios que permitam ir além da compreensão e identificação dos elementos centrais do texto. No entanto, o fato de tais manuais terem sido publicados antes do PNLD nos coloca questões importantes no que se refere à memória.

Nos anos 1980 e em grande parte dos anos 1990 inexistia uma política pública que contemplasse a distribuição de livros didáticos de história para os alunos do ensino médio. Nesse sentido, é provável que essa coleção não tenha tido penetração massiva entre os jovens em idade escolar.

A mudança do público escolar nesses anos, no sentido de agregar mais alunos provenientes das classes populares, trouxe novos desafios para os professores, inclusive na utilização de materiais didáticos em sala de aula. Os debates da época frequentemente revelam a dificuldade de alunos e professores de escolas públicas em compreenderem a linguagem considerada complexa dos livros didáticos de história. Assim, apesar de estarmos diante de uma coleção didática que buscou tratar de forma aprofundada e crítica o período da ditadura (história imediata), não identificamos um diálogo com o conhecimento prévio dos alunos e entendemos que tais livros não alcançaram massivamente a população em idade escolar, tanto pela ausência de uma política pública de distribuição dos livros de história nas escolas, quanto pela suposta dificuldade de compreensão da linguagem usada em tais livros. Tal coleção não sobreviveu aos anos 2000, com a consolidação do PNLD e a concentração do ramo editorial.

Por sua vez, a coleção *História*, apesar de significar um avanço em termos de atualização historiográfica, diversidade de fontes históricas e de exercícios, valorização de um ensino para a cidadania, problematização das graves violações de direitos humanos – características que asseguraram a sua aprovação nas últimas avaliações do PNLD – reforça uma memória histórica da ditadura de cunho revisionista em diversos aspectos, particularmente nos pontos relacionados às lutas sociais que visaram a transformação das desigualdades no período recente.

Os autores da coleção responsabilizam a esquerda e os trabalhadores organizados pela repressão que os atingiu, pois se não tivessem se “radicalizado politicamente”, se tivessem buscado soluções “consensuadas” não teriam sido atingidos pela dura repressão. O recrudescimento da violência institucional teria sido resultado de um processo de radicalização da esquerda e não uma característica do regime ditatorial baseado na doutrina de segurança nacional, no anticomunismo e no cenário de Guerra Fria. Essa perspectiva sedimenta uma memória que banaliza as lutas coletivas por transformação social, bem como suas vias revolucionárias, legitimando a ideia de um presente contínuo e naturalizado.

Para os autores, a institucionalização da repressão é analisada de forma separada do projeto político, econômico e social do regime militar, estando calcada numa “tradição autoritária” que guarda longas e profundas raízes no Brasil. Tal perspectiva é próxima da defendida pelos cientistas políticos Maria Celina D’Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares (1994) de que a ampliação e consolidação do aparato repressivo durante a ditadura foi movido por uma “utopia autoritária” que visava a eliminação dos “óbices” para a realização de “objetivos nacionais permanentes” (1994, p.9). O discurso dos próprios



militares golpistas é incorporado à análise histórica sem mediação crítica, como se a fonte fosse o espelho do real.

Os autores da coleção didática também utilizam a referência do historiador Rodrigo Patto de Sá Motta (2000) para discutir o conceito de anticomunismo no Brasil. Segundo este autor, o anticomunismo não pode ser entendido como uma ideologia dos grupos de direita (já que muitos grupos conservadores não eram a favor do golpe num primeiro momento, só aderindo em 1964), mas um temor por parte das elites de que Goulart fizesse aliança com os comunistas e que estes tivessem seu peso político expandido no Estado. As elites não teriam se juntado contra Goulart por temor às reformas, mas por temor à ascensão do PCB. Motta não leva em conta o temor das classes dominantes brasileiras (tradicionalmente ligadas ao latifúndio e, sim, de perfil anticomunista e antipopular) pelo processo de ativação popular no qual se encontrava o país nos anos 1960 e intensificado com a luta pelas reformas de base. Ao negar o uso de conceitos como "ideologia" e "luta de classes" autores como Rodrigo Patto acabam centrando sua análise na movimentação de atores políticos como se estes fossem desprovidos de projetos de sociedade. E é nessa linha que está localizada de forma geral a narrativa histórica da coleção. A ditadura é apresentada como um regime apoiado por muitos setores sociais, calcado em uma "tradição autoritária" dos militares e de grupos conservadores brasileiros e como resultado de um processo de radicalização política da esquerda. Seu projeto econômico teria beneficiado muitos grupos sociais, inclusive os trabalhadores, atingidos pelo clima de euforia do "milagre". Ao tentar mostrar a empatia da sociedade brasileira pela ditadura, explicando aí a sua longa duração, os autores perdem a dinâmica social do período, o apoio fundamental dado pelo empresariado ao regime e ao sistema repressivo e às mudanças no Estado brasileiro que se perpetuaram mesmo após a transição para a democracia.

Em suma, a presença de uma abordagem crítica do regime ditatorial pós 1964 em coleções didáticas desde o fim da ditadura mostra que havia uma preocupação por parte de professores historiadores com o ensino da história imediata, utilizando uma bibliografia atualizada e fontes memorialísticas. No entanto, a ausência de uma política pública de avaliação e distribuição de livros didáticos de história para o ensino médio, o baixo índice de alunos que conseguiam concluir essa etapa do ensino no Brasil e a ausência de uma política de memória sobre o passado ditatorial funcionaram como entraves para a construção de uma efetiva pedagogia da memória. Verificamos que ao longo das décadas houve uma aproximação entre o conhecimento histórico escolar e o acadêmico bem como uma preocupação mais explícita com a diversificação de atividades e fontes históricas. Essas mudanças foram resultado da inserção da disciplina de História no PNLD, fato que trouxe novas exigências para as coleções de ensino médio. Uma delas diz respeito ao combate aos preconceitos de qualquer espécie e o repúdio a todas as formas de violência. A educação para os direitos humanos como eixo transversal da educação básica a partir de 2012 pode ter contribuído para a crescente abordagem crítica da repressão e da tortura nos capítulos sobre ditadura, além dos trabalhos da CNV. No entanto, isso não foi suficiente para evitar que nos anos seguintes proliferasse a "boa memória" da ditadura de forma explícita em redes sociais e mídias diversas. A partir de 2015 assistimos ao incremento da bancada ultraconservadora no

Congresso Nacional e na Presidência da República em 2018, fatos que expressam obstáculos à construção de uma pedagogia da memória no Brasil.

**Referências:**

- ARAÚJO, Maria Celina d'; CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- BÁRCENA, Fernando. Pedagogía de la memoria y transmisión del mundo. Notas para uma reflexión. In: CUESTA FÉRNANDEZ, Raimundo. (Coord.). El lugar de la memoria en la educación. **Com-ciencia social**, Espanha, n.15, p.109-118, 2011.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo, Cortez, 2018.
- BITTENCOURT, Circe. Em foco: história, produção e memória do livro didático. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p.471-473, 2004.
- BITTENCOURT, Circe. Produção didática de história: trajetórias de pesquisas. **Revista de História**, São Paulo, n.164, p.487-516, 2011.
- CHOPPIN, Alain. História dos Livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, n.3, v.30, p.549-566, 2004.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe** Petrópolis - RJ: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge. O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil. In: **Seminário 40 anos do Golpe de 1964** (2004: Niterói e Rio de Janeiro) 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.
- FERREIRA, Jorge & GOMES, Ângela. **1964. O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014 (Ebook). Apresentação de Marly Motta, s/p.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Estrutura e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável? In: **Seminário 40 anos do Golpe de 1964** (2004: Niterói e Rio de Janeiro) 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira**. São Paulo: Ática, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v.1. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013 (Coleção Companhia de Bolso).
- IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid; Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2002.
- MIRANDA, Sonia Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n.48, v.24, p.123-144, 2004.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. Orientador: Suely Robles Reis de Queiroz. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2000.
- O'DONNELL, Guillermo. **Reflexões sobre os Estados Burocrático-Autoritários**. São Paulo: Vértice/ Editora dos Tribunais, 1987.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, n.3, v.2, p.3-15, 1989.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. (Ebook) Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: **Seminário 40 anos do Golpe de 1964**. (2004: Niterói e Rio de Janeiro) 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: **Seminário 40 anos do Golpe de 1964**. (2004: Niterói e Rio de Janeiro) 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

ROSAS, Fernando. Seis teses sobre memória e hegemonia, ou o retorno da política. **Germinal: Marxismo e educação em debate**. Londrina, v.1, n.1, p.84-87, jun. 2009.

ROSAS, Fernando. História, (des) memória e hegemonia. In: LOPES, Helena Trindade; TRINDADE, Luís; LOUÇÃ, Francisco; ROSAS, Fernando (Org.). **História e Memória – “Última lição” de Fernando Rosas (Cerimônia de jubilação de Fernando Rosas)**. Lisboa: Autores e edições tinta-da-china, p.41-81, 2016.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **1964. Visões críticas do golpe. Democracia e reforma no populismo**. Campinas, SP: editora Unicamp, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: a democracia golpeada. In: **Seminário 40 anos do Golpe de 1964**. (2004: Niterói e Rio de Janeiro) 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

#### ***Livros Didáticos:***

ALENCAR, Francisco; CARPI, Lucia; RIBEIRO, Marcus Venício. **História da sociedade brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

ALENCAR, Chico; CARPI, Lucia; RIBEIRO, Marcus Venício. **História da sociedade brasileira**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996.

VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge; SANTOS, Georgina dos. **História**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge; SANTOS, Georgina dos. **História**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge; SANTOS, Georgina dos. **História**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

---

#### ***Notas***

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); historiadora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9095679317698241>; Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-4680-6597>; E-mail: [ananimakallas@gmail.com](mailto:ananimakallas@gmail.com).

<sup>2</sup> Por “pedagogia da memória” entendemos a pesquisa e o ensino de passados controversos para além de uma perspectiva singular, não como excecionalidades na história nem atrelados apenas à identidade de povos ou comunidades, mas como fatos e experiências históricas para se pensar relações de poder, violência de Estado e desigualdades no mundo de hoje. Nesse sentido, abordar a ditadura empresarial-militar pós-1964 relacionando-a a outras políticas de extermínio pelo Estado movidas pelo fenômeno do fascismo (e de outros fenômenos históricos no capitalismo que justificam a política de extermínio) é parte do processo de reflexão do que chamamos de “pedagogia da memória”. Cf. BÁRCENA, 2011.

<sup>3</sup> Programa Nacional do Livro Didático. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/dados-estatisticos>

---

Acesso em: 14 mai. 2018.

<sup>4</sup> PNAD Contínua 2018/IBGE, tabulados por Instituto Unibanco, Sinopse Estatística da Educação Básica 2018/Inep *apud* SALDAÑA, Paulo. 4 em cada 10 jovens negros não terminaram o ensino médio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1º set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/4-em-cada-10-jovens-negros-nao-terminaram-o-ensino-medio.shtml?origin=folha#> Acesso em 2 jan. 2020.

<sup>5</sup> Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 29 ago. 2019.

<sup>6</sup> Essa coleção ficou em quarto lugar em número de tiragem entre os livros de história voltados para o 3º ano do ensino médio. Cf. BRASÍLIA. Ministério da Educação. FNDE. *PNLD 2018 – valores de aquisição por título – todos os programas*. Disponível em: <http://200.130.5.8/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos> Acesso em: 2 jan. 2020.

Recebido em: 23 de fev. 2024

Aprovado em: 24 de abr. 2024